

# Cultura

Jornal Angolano de Artes e Letras

3 a 16 de Dezembro de 2019 | Nº 195 | Ano VIII • Director: José Luís Mendonça

..... Kz 50,00

Pág. 4 LETRAS

DO ENSINO SUPERIOR EM ANGOLA

## A língua portuguesa e a qualidade docente



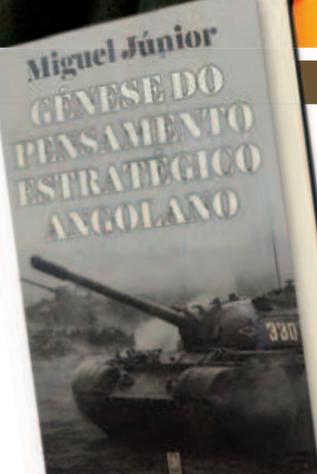
LETRAS (Pág. 5)



**António Ole**  
e "A Causa das Coisas"

HISTÓRIA (Pág. 8)

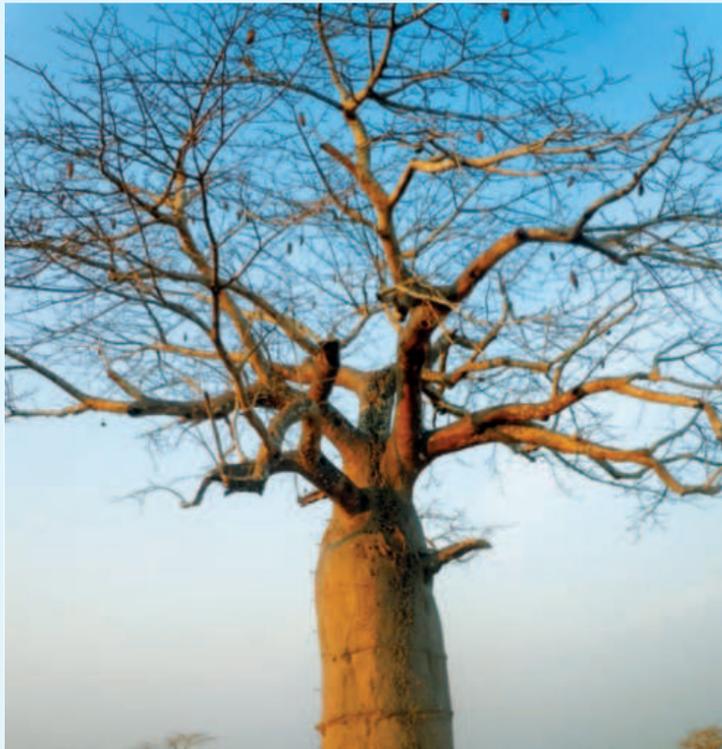
**Génese**  
do pensamento  
estratégico  
angolano



PATRIMÓNIO CULTURAL (Pág. 8)

**A**  
excisão  
como rito  
africano





## CONCORDATA E I(n)VALIZAÇÃO

### I

Alianças e pregos e Pilatos antigos  
Martelo protestante com pedras secas  
E nós

Vida custosa, vida e às treze mais uma picada  
À esperança de sacos vazios, mar e fundura  
Sal e emprego ninguém  
Wéééhm!

Zangadas as alianças carnais, fubas e vegetais.

### II

Santidade escura e arco-íris ecuménico

E a numeração subordina cirineu (nem)  
Governos e assindéticas e assimetrias  
Das mãos voadas do calvário e hoje  
Na saca rota do povo igual a zero acrescentado  
E sub-(diz)-traído.

Amnistio ou ministra  
Pescar dá culpabilização e finanças.

### OSVALDO PASCANT



Osvaldo Pascant é o pseudónimo de Osvaldo Boaventura Francisco, de nacionalidade angolana, nascido em 1994, residente em Luanda. Estudante da Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto. Interessado na literatura desde 2012, mas o apocalipse chegaria apenas em 2018.

## Normas editoriais

O jornal Cultura aceita para publicação artigos literário-científicos e resenhas bibliográficas. Os manuscritos apresentados devem ser originais. Todos os autores que apresentarem os seus artigos para publicação ao jornal Cultura assumem o compromisso de não apresentarem esses mesmos artigos a outros órgãos. Após análise do Conselho Editorial, as contribuições serão avaliadas e, em caso de não publicação, os pareceres serão comunicados aos autores.

Os conteúdos publicados, bem como a referência a figuras ou gráficos já publicados, são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Os textos devem ser formatados em fonte Times New Roman, corpo 12, e margens não inferiores a 3 cm. Os quadros, gráficos e figuras devem, ainda, ser enviados no formato em que foram elaborados e também num ficheiro separado.

### Propriedade



Sede: Rua Rainha Ginga, 12-26 | Caixa Postal 1312 - Luanda  
Redacção 222 02 01 74 | Telefone geral (PBX): 222 333 344  
Fax: 222 336 073 | Telegramas: Proangola  
E-mail: ednovembro.dg@nexus.ao

### Conselho de Administração

Victor Silva (presidente)

### Administradores Executivos

Caetano Pedro da Conceição Júnior,  
José Alberto Domingos, Rui André  
Marques Upalavela, Luena Kassonde  
Ross Guinapo

### Administradores Não Executivos

Filomeno Jorge Manaças  
Mateus Francisco João dos Santos Júnior

## Cultura

### Jornal Angolano de Artes e Letras

Nº 195/Ano VIII/ 3 a 16 de Dezembro de 2019  
E-mail: cultura.angolana@gmail.com  
site: www.jornalcultura.sapo.ao  
Telefone e Fax: 222 01 82 84

### CONSELHO EDITORIAL

#### Director e Editor-chefe:

José Luís Mendonça

#### Editor:

Gaspar Micolo

#### Departamento de Paginação:

Irineu Caldeira (Chefe), Adilson Santos (Chefe adjunto),  
Adilson R. Félix, Sócrates Simóns, Jorge de Sousa  
e Waldemar Jorge

**Edição online:** Adão de Sousa

#### Colaboram neste número:

**Angola:** Agostinho João, Barros Neto, Francisco Neto, Isabel  
André Manuel, José Maria Marques, Leonel Cosme, Mário  
Joaquim Aires Dos Reis, Osvaldo Pascant, Vitor Burity da  
Silva

**Moçambique:** Japone Arijuanne

#### FONTES DE INFORMAÇÃO GLOBAL:

Afreaka, Africultures, Portal e revista de referência, Agulha,  
Correio da Unesco, Modo de USAR & CO, História.com,  
Obvious Magazine e Engenharia é.



## UNESCO

# Fóruns dos Ministros da Cultura e dos Ministros da Cultura da CEEAC

Angola participou, de 18 a 23 de Novembro, na 40ª Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, Unesco, em Paris (França), com uma delegação chefiada pela ministra da Cultura, Maria da Piedade de Jesus.

Tratou-se de um evento destinado a discutir o lugar central da cultura nas políticas públicas em todo o mundo e o seu impacto no desenvolvimento sustentável.

Mais de 140 ministros e altos representantes estiveram presentes no evento.

À margem da 40ª Sessão da Conferência Geral da UNESCO, a delegação angolana, chefiada pela Ministra da Cultura, Maria da Piedade de Jesus e do Director Geral Adjunto da Unesco, Firmin Edouard, avaliaram na tarde do dia 18, na sede da UNESCO, a primeira edição da Bienal de Luanda e perspectivas para a segunda Bienal.

Do referido encontro mediu-se o grau de realização e resultados, bem como as oportunidades com a realização do evento.

Foi unânime que a primeira edição permitiu atingir os seus objectivos iniciais, através das plataformas criadas, entre as quais promover a diversidade cultural e a unidade africana.

Do referido encontro destacou-se a

importância da primeira edição da Bienal um evento oportuno, estabelecendo credibilidade em África no campo da prevenção da violência e de conflitos e do intercâmbio cultural entre os povos.

A Bienal da Cultura de Paz constitui a implementação do previsto pelos objectivos de desenvolvimento sustentável 16 e 17 (paz, justiça e instituições fortes /parceiros) da agenda 2030 das Nações Unidas, e as Aspirações da Agenda 2063 da União Africana e em particular, o projecto "Agenda para a Paz" e silêncio das armas até 2020.

A Bienal de Luanda faz parte da estratégia operacional da Unesco para a prioridade África (2014- 2021), que visa fornecer respostas africanas para as transformações que afectam as economias e a sociedade africana.

O Director Geral Adjunto da Unesco, Firmin Edouard, apontou essa primeira edição da Bienal de Luanda como um sucesso, assumindo o compromisso de apoiar técnica e financeiramente o projecto.

Por seu turno, a Ministra da Cultura, Maria da Piedade de Jesus, apontou alguns dos aspectos, as preocupações, as dificuldades, bem como o alinhamento para a realização da segunda Bienal.

A primeira edição da Bienal de Luanda teve lugar de 18 a 22 de Se-

tembro, e contou com quatro eixos, fóruns de ideias, das mulheres, dos jovens e dos parceiros, completado por um festival de Culturas.

A delegação ministerial angolana foi integrada pelo director Nacional dos Museus, Ziva Domingos, a coordenadora Nacional da 1ª edição da Bienal de Luanda e directora-geral do Arquivo Nacional de Angola, Alexandra Aparício, a directora do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa, Marlene Gomes, entre outros quadros seniores do Ministério da Cultura.

No final do encontro, os ministros recomendaram que:

- Seja considerada importante a abordagem multilateral no domínio da Cultura e a sua ligação com os valores universais reconhecidos pela UNESCO, que colocam o homem no centro do desenvolvimento sustentável das sociedades;

- Aos lados dos Estados, as comunidades locais, a sociedade civil e o sector privado concorram para tornar as políticas públicas mais transversais e acessíveis a um maior número de pessoas;

- As indústrias culturais e a economia criativa ganhem uma importância crescente nos países para assegurar o crescimento económico, a criação de empregos, o apoio aos jovens talentos e ao empreendedorismo.

### FÓRUM DOS MINISTROS DA CULTURA DA CEEAC

Os Ministros recomendaram que:

- Os esforços continuem a serem empreendidos para a implementação do plano de acção 2014-2020 para o sector da cultura da região e das recomendações do 1º Encontro dos Ministros da Cultura da CEEAC que teve lugar em Brazzaville, em Novembro 2018, promovendo a diversidade cultural através da troca dos produtos culturais, da organização das manifestações culturais diversas, da salvaguarda e promoção do património cultural e natural;

- O Ministério da Cultura do Gabão que assume a presidência do conselho de ministros da Cultura da CEEAC organize até 2020 a próxima conferência dos ministros da Cultura da região para que avaliem os resultados do plano de acção 2014-2020 e preparar a estratégia pós 2020.





# Eduardo Nascimento: finalmente "O Vento Mudou"

Depois de vencer, em 1967, o Festival da Canção de Portugal com a canção "O vento mudou", Eduardo Nascimento esperaria 52 anos para a sua alma sentir que o vento mudou, de verdade, na sua amada Angola.

O artista de 76 anos morreu a 22 de Novembro, vítima de doença prolongada. Eduardo Nascimento nasceu em Luanda, a 26 de junho de 1943, com ascendência portuguesa pela parte do avô materno.

Foi um dos primeiros afro-descendentes a pisar o palco do Festival da Canção de Portugal, ainda durante o Estado Novo, em 1967. Interpretou a canção "O Vento Mudou", que viria a ficar em 12.º lugar, na competição europeia, em Viena, de acordo com o histórico da Eurovisão.

Na segunda metade dos anos 60, o músico foi também líder do conjunto angolano "Os Rocks".

Além da carreira na música, Eduardo Nascimento integrou o pessoal de terra da TAP durante a ponte aérea entre Luanda e Lisboa, em Novembro de 1975,

a dias da independência de Angola.

Voltou à música pontualmente, sobretudo em espectáculos de evocação dos festivais. Em anos recentes chegou a admitir à imprensa o regresso à carreira de cantor, com um repertório



*O artista de 76 anos morreu a 22 de Novembro, vítima de doença prolongada. Eduardo Nascimento nasceu em Luanda, a 26 de junho de 1943, com ascendência portuguesa pela parte do avô materno.*



próprio, num projecto com o maestro Nuno Feist.

Segundo o jornalista angolano Ilídio Manuel, "o nome do músico Eduardo Nascimento voltou à ribalta em 1975, em vésperas da independência de Angola quando se candidatou em Luanda - aonde havia regressado - ao concurso para a composição da Letra e Hino Nacional do país que alcançaria à Independência no dia 11 de Novem-

bro. O Ministério da Informação, que tinha à testa Manuel Rui Monteiro, criou uma comissão de trabalho que, à última hora, não aprovou o trabalho conjunto de Eduardo do Nascimento, assim como da compositora Ana Maria de Mascarenhas que, a ser aceite, seria o HINO NACIONAL de Angola."

Coisas da vida. Mas hoje, tudo o vento mudou e a sua obra está a ser reconhecida.



# Do ensino superior em Angola: por entre os dédalos da língua portuguesa e da qualidade docente



MÁRIO  
JOAQUIM  
AIRES  
DOS REIS

**E**m 30 de Maio passado, defendi no jornal A Nova Gazeta, a necessidade de acautelar a qualidade docente no ensino superior, designadamente no curso de Letras. Como continuo a acreditar, cada vez mais firmemente, nessa tese, voltei a afirmá-la em entrevista à RDP África no dia 6 de Setembro de 2019.

Nas duas entrevistas, como deflui claramente, aliás, das minhas palavras de então, eu tinha sobretudo no pensamento a reforma do ensino-aprendizagem das Humanidades, decerto a parte politicamente mais melindrosa de uma reforma global da Ensino Superior em Angola, depois da forma tão desavisada como se avançou, de um dia para outro, para a criação das festeadas Regiões Académicas.

Quando proferi tais asserções sobre a qualidade docente no ensino superior pensei que só os espíritos de má-fé, os obnubilados por paixões e os exilados da sua circunstância histórica, poderão contraditar tal

realidade de fácil constatação empírica. Consta, todavia, que a atmosfera emocional que rodeou sobretudo a leitura da minha entrevista no DLM-ISCED de Benguela foi de agastamento seguido de acusações fulminadoras sobre a minha pessoa.

O processo mais expedito de acusação consistiu em apontar alguns nomes de docentes que supostamente passam a vida a ler, tendo-me colado o rótulo deste jaez: «desejo de protagonismo», «falso intelectual», etc. Em parte nenhuma, porém, encontrei uma análise fundamentada, profunda e rigorosa, dos problemas que coloquei e das discordâncias porventura existentes.

É antigo este processo de crítica – e nesta Angola hoje, como ontem, é ele revelador de subalternidade intelectual e de menoridade cívica. Ou seja, em vez do confronto das ideias, o arremesso arbitrário de labéus; em vez do livre exame crítico dos princípios, das instituições e dos homens, o dogmatismo que sagra «ortodoxias» e fulmina «heréticos»; em vez do antagonismo racional e raciocinador, o caceteiro. Fiquei perplexo. Então, volvida que foi quase uma década da criação das Regiões Académicas, já houve tempo para criar interesses assim tão bem instalados e temerosos?

Sei, com Aguiar e Silva (1973), que, em toda a filosofia da educação, o problema dos fins afirma-se como o problema por excelência. Sei que toda a



*Quando proferi tais asserções sobre a qualidade docente no ensino superior pensei que só os espíritos de má-fé, os obnubilados por paixões e os exilados da sua circunstância histórica, poderão contraditar tal realidade de fácil constatação empírica*



educação é indissociável de uma antropologia e de uma ética e os seus objectivos só se podem definir em função de um contexto social, político e económico considerado na sua historicidade. Sei que estamos em Angola e em 2019. Deste pressuposto incontrovertível decorre, com limpidez perfeita, a conclusão de que a reforma do sistema educativo angolano é um acto político.

Sendo o sistema educativo angolano um subsistema do seu sistema políti-

co, social e económico, torna-se evidente que tem de espelhar, nas suas estruturas, no seu funcionamento e na sua teleologia, as leis do sistema geral em que se integra. Pode, em determinadas circunstâncias, verificar-se uma dissonância, um conflito mais ou menos marcado, entre o sistema educativo e o regime político em vigor. Em tal caso, ou o sistema global segrega ou absorve os elementos geradores de tensão e conflito, ou o sistema educativo se transforma num pertinaz foco de corrosão ou em agente de deleção insubmissa do regime. Penso que é isto que está acontecer agora com as permanentes manifestações estudantis em Hong Kong (China).

## PROFICIÊNCIA

A este propósito, e retornando ao contexto angolano, li com interesse a comunicação do vice-presidente da República, Bornito de Sousa sobre a qualidade do ensino superior em Angola. Diz o governante esta verdade lapidar: «a qualidade do ensino superior tem de se sustentar na qualidade dos professores que ensinam desde o pré-escolar» (Expansão, 25/10/2019). Que significa a expressão «qualidade»? Esta interrogação não é desprovida de sentido. Não é o caso de Bornito de Sousa. Mas há quem utilize com frequência determinadas expressões e ostensivamente apregoe o seu desprezo pelo seu exacto significado. O escasso espírito crítico e científico de tais docentes universitários começa a revelar-se aqui. O homem é um animal semiológico que só pode pensar e comunicar por meio de códigos de sinais. Desprezar a exacta significação das palavras equivale a viciar radicalmente o pensamento. Ora o que significa a expressão «qualidade no ensino superior»? Significa simplesmente “proficiência”.

Há quem, ao ouvir falar de «qualidade», comece logo por franzir suspeitosamente o sobrolho, evocando a «realidade angolana». Se se admite que a qualidade é um atributo do ensino na época colonial, não sendo inerente à independência e democracia, então o estado a que isto chegou se torna claro como água. Penso diferentemente e acredito que a independência nacional de Angola (onde cabe, julgo eu, a apregoada «realidade angolana») é capaz de respeitar a excelência. Se, em teoria, a quantidade não é antinomia da qualidade, e se o conceito de qualidade do ensino não é facilmente definível, dado o seu relativismo, a sua variabilidade histórica e sociológica, os seus aspectos intrínsecos e extrínse-

cos, não é menos certo que, de um ponto de vista teórico-prático, aquela oposição é pertinente e real no domínio do ensino, tendo sido já mesmo elaborada, sob forma de lei, pelos especialistas de ciências de educação: quando um sistema de ensino se desenvolve rapidamente, a qualidade corre sempre o risco de se ver sacrificada à quantidade.

A mera estratégia da expansão linear do ensino superior para todas as províncias não só não se revela satisfatória, como arrasta consigo a deterioração da qualidade intrínseca e extrínseca do referido ensino. E bem se compreende que assim seja, pois que essa expansão, mesmo nos países pecuniosos, provoca escassez de convenientes instalações escolares, falta de material didáctico e de investigação, penúria de professores qualificados, etc.. A simples expansão linear do ensino superior pode alcançar grandes êxitos no plano das estatísticas, mas pode ser danosa no plano das realidades, em virtude da de-

ficiente qualidade dos fluxos de entrada e dos fluxos de saída do referido sistema de ensino. E observe-se que a convicção, hoje tão divulgada, de que os investimentos educativos são altamente rendíveis em termos de desenvolvimento nacional, só é válida no caso de um dado sistema de ensino produzir, em abundância e em qualidade, as categorias de mão-de-obra indispensáveis ao crescimento económico do respectivo país.

A alternativa racional e justa para uma estratégia de expansão linear do ensino superior pelas províncias tem de ser consubstanciada num conjunto de medidas de teor financeiro, de teor pedagógico e de teor administrativo, que permitam assegurar a eficácia e o rendimento desse ensino, em todas as suas modalidades e em todos os seus níveis. Como terei ensejo de acentuar mais adiante, nada será possível construir de sólido, neste domínio, se não se formarem, e não se mantiverem na carreira docente, professores com boa preparação académica e pedagógica.



No domínio da educação, como noutros domínios da vida social, há sempre medíocres ansiosos por estenderem a sua mediocridade, por meio de medidas igualitaristas, a todos os outros; há sempre os que pertinazmente teimam em não reconhecer a diferença do que é intrinsecamente desigual e tentam, com sofismas ideológicos e intenções pseudo-justicialistas, impor a mesma rasoira aos indivíduos e às instituições: nem exames sérios, nem classificações exactas, nem diferenciações. E, no entanto, tanto na teoria como na prática, uma extensão do ensino pelas províncias correctamente entendida não só não é incompatível com uma rigorosa selecção, como a exige. A igualdade em relação a um certo direito não pode contrariar ou neutralizar os direitos defluentes das capacidades de cada um. A selecção fundada nessas capacidades não ofende qualquer princípio soberanista e democrático, pois, sem ela, afecta-se irremediavelmente a constituição das elites de um país – e, sem elites, seja sob que regime for, um país não sobrevive. Tal como Aguiar e Silva, em outro contexto, considero das atitudes mais perniciosas, no domínio do ensino superior, o desafecto ou a hostilidade, por cálculo, hipocrisia ou medo, à ideia de selecção.

Não estou contra as regiões académicas. Aliás, penso mesmo que, num país como Angola, com os seus 1.247.000 km<sup>2</sup>, tem de se reputar da mais alta importância a criação das regiões académicas. Não estou contra a bondade da medida, pois nela subjaz a valorização de Angola, das suas províncias e das suas gerações vindouras. Estou é contra a ingenuidade patente no modo como as coisas correram, ignorando que serão grandes os dispêndios financeiros exigidos pela sua concretização.

Não se devia ignorar que a criação

das regiões académicas iria exigir o recrutamento de um avultado número de docentes – e é bem sabido como os professores qualificados escasseiam neste país. E não são necessárias altas especulações para explicar tal carência; os professores qualificados escasseiam, fundamentalmente, porque, no ensino superior angolano, toda a gente podia ser docente universitário; o sistema misturava alhos com bugalhos; consequências: os bugalhos contribuíam para que a profissão seja socialmente desprestigiada, arrastando este desprestígio a penúria remuneratória.

Temos no ensino superior em Angola docentes (os bugalhos) que não são capazes de ler e compreender um texto de dificuldade média em língua portuguesa, de escrever uma página em português que seja inteligível, de elaborar uma prova de exame que não contenha erros graves de língua portuguesa, de fazer uma acta de uma reunião, entre outras coisas. De quem é a culpa? Desses docentes? Talvez não. A culpa é do sistema que permite que isso aconteça.

### **ELEVAÇÃO DO RIGOR**

Sugiro por isso que se coloque, no elenco de todos os cursos do ensino superior, como indispensável, a disciplina de língua portuguesa. Desconheço os argumentos que se podem aduzir contra a presença da língua portuguesa no desenho curricular de todos os cursos superiores em Angola. Sei que dizer “língua portuguesa” faz irritar neste país certas sensibilidades mais melindrosas, que começam logo a chamar à colação as línguas nacionais, num gesto enternecedor de

## Os bugalhos

desonestidade intelectual, que só serve para deixar tudo como está.

Enquanto algumas mentes ultraromânticas esperam que se substitua a língua portuguesa por uma ou outra língua nacional, constitui um direito fundamental que os docentes e os discentes de todos os níveis de ensino manejem a língua portuguesa, ferramenta do ensino-aprendizagem, com dexteridade suficiente, não sendo compreensível que estudantes existam que entram e saem de cursos de Direito, Relações Internacionais, Ciência Política, Sociologia, Comunicação Social, sem conhecimentos sólidos de uma língua que, em todos esses cursos, é instrumento indispensável, e que, nos outros (Medicina, Economia, Engenharia, etc.), será, pelo menos, valioso instrumento ancilar.

O que eu advogo (e não estou sozinho nesta advocação, uma vez que Bornito de Sousa também defende a «elevação do rigor na exigência de proficiência em língua portuguesa a candidatos a estudantes e docentes», op.cit.) é apenas a modificação de tal estado de coisas a começar por proporcionar aos docentes, com debilidades linguísticas e científicas, formação adequada. Para tal, é imperioso mexer no estatuto da carreira docente que, infelizmente, é muito omissa e lacunar em relação à formação complementar, designadamente no que a licença sem vencimento, equiparação a bolsheiro ou licença sabática diz respeito. Os créditos conseguidos em acções de formação deviam ser condição indispensável para progressões na carreira.

Outro assunto que merece ponderação é o modo como o ensino supe-

rior se organiza. De uma forma geral, as Universidades são constituídas por unidades orgânicas designadas Faculdades. Isto é o que é expectável e racional. Ora, na província de Benguela temos que a UKB engloba também uma Escola Superior de Educação (o ISCED), sem falar de um Instituto Superior Politécnico. Nesta província abundam aliás os ISP.

Alguém poderá ter uma ideia sobre a estrutura, o funcionamento e os objectivos dos Institutos Superiores Politécnicos? Que semelhança existe entre os Politécnicos que por aí grassam e os modelos seminais de Politécnicos ingleses criados em 1969 e os C.A.T.T. (Colleges for applied Arts and Technology) concebidos no Ontário (Canadá)? Em que se diferenciam de Faculdades? Porque é que na UKB se atribui ao curso de Direito uma unidade orgânica (Faculdade de Direito) e nos ISP é um simples Departamento, sem biblioteca especializada? Que dizer dos ISCEDs? Onde está a lei orgânica desta instituição do ensino superior? Serve para formar docentes de que nível? O Decreto-Lei n.º 90/09 de 15 de Dezembro que estabelece as normas gerais reguladoras do subsistema do ensino superior é omissa sobre tais matérias. Os ISCEDs e os ISP são instituições de ensino superior não-universitário ou não? Citemos o n.º 2 do Artigo 34.º do Decreto n.º 90/09 de 15 de Dezembro: «Os institutos superiores politécnicos ministram cursos em duas ou três áreas do saber, conducentes à formação de especialistas e à obtenção dos graus académicos de bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento». Este artigo não estará a dizer tudo e nada ao mesmo tempo? Sobre a Universidade, se compulsarmos a Lei de Bases do Sistema de Educação, verificaremos que no Artigo 21º (Capítulo III, Sec. I) a lei quase se limita a enunciar as suas orientações gerais:

«o ensino universitário é orientado para formações científicas sólidas, com acções de formação aliadas à investigação». Ou seja, estamos perante uma mão cheia de coisa nenhuma.

Enquanto este estado de coisas clama por uma Reforma, acontecem coi-

sas extraordinárias: docentes formados nos ISCEDs transitam com toda a ligeireza, para os ISPs, para as Academias e, ainda, para as Faculdades, levando, nesse trânsito, praxis das ciências de educação, transvertendo as escolas de acolhimento numa extensão

de escolas superiores de educação. Tal promiscuidade institui o caos. Caos que se manifesta na ausência de investigação (a complexidade do ensino teórico, tecnológico e profissional ministrado nas Universidades não é idêntica à do ensino assegurado nos ISCEDs e Politécnicos). Aliás se os Politécnicos, por exemplo, possuísem uma estrutura e uma função idênticas às das Universidades, porque haviam de ser Politécnicos e não Universidades? Mas no entanto é este antilogismo que impera. O problema de desprestígio relativo que pode ferir os estabelecimentos autónomos de ensino superior não universitário, não deve impedir-nos de reconhecer que os dois sistemas não possuem «paridade de natureza», devendo sim possuir «paridade de consideração» (formulações caras a Brosan, aludidas por Aguiar e Silva, op. cit)

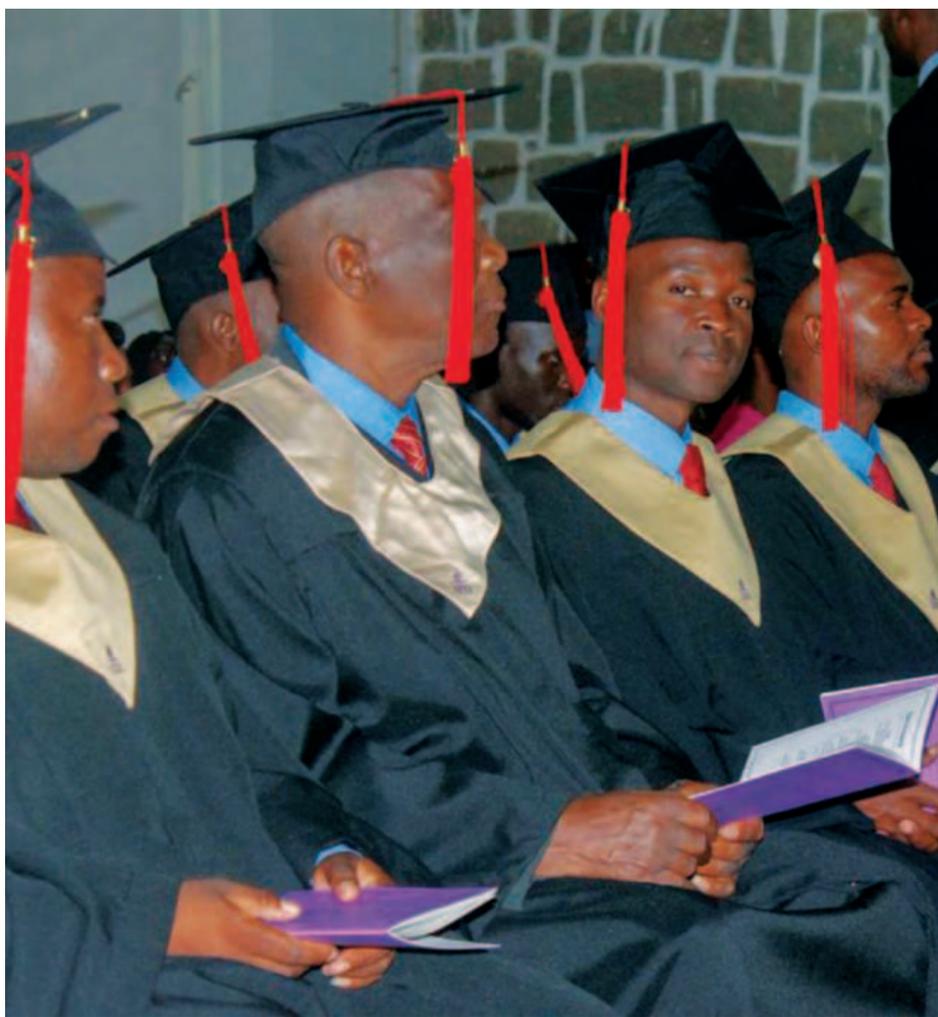
Não vou aqui fazer a análise crítica dos nefastos resultados advindos desta política de Ensino Superior, porque essa análise se encontra exaustiva e lucidamente realizada pelos empregadores, quando querem admitir quadros qualificados. Disse-me um, lembrando Montaigne, não há nada de mais difícil do que tirar dos recém-licenciados no nosso subsistema do ensino superior alguma utilidade. Tudo o que se reconhece, em matéria de aumento, é que o canudo os tornara mais altivos e presunçosos. Em vez de tra-

zer da formação superior o espírito cheio, apenas o trazem inchado; sopraram-lho, não lho desenvolveram. Pessimismo? Talvez não. Desejo apenas, com estas palavras fortes, sublinhar que uma certa política de terra queimada relativamente ao Ensino Superior deteriorou lastimavelmente o teor das licenciaturas que por aqui se fazem, com graves prejuízos para o país. Para se restituir o ensino universitário às suas lídimas funções nos domínios da investigação e do ensino, urge colocar os ISP e os ISCED, devidamente estruturados e apetrechados, no lugar que merecem (preparação de tipo horizontal), reservando as Universidade para preparação de tipo vertical.

Tenho escrito.

*Referências bibliográficas*

Aguiar e Silva, V.M. *Reforma do sistema educativo: um problema político*, Coimbra, Cidadaela, 1973. Banks, O. *The Sociology of Education*, London, 1970. Brosab, G., et al. *Patterns and Policies in Higher Education*, Penguin Books, 1971. Elvin, H.L., «La notion de qualité en education: difficulté d'établir des prix de revient», in C. E. Beeby (ed.), *Les aspects qualitatifs de la Planification de l'Education*, Unesco, 1970. Coombs, Philip H., «Il faut modifier la stratégie», in C.E. Beeby (ed.), op. cit.-



## ÁRIEN DOS PLANALTOS



VITOR BURITY DA SILVA

por nunca nada ter conseguido ver, ouvi de todos os lados todas as coisas e quase nenhuma me convenceu, preferi sempre não ouvir apenas porque sim, diz-se de tudo para não se acertar nunca!

“o doutor sabe, sabia?”

- Onde é que o doutor aprendeu tudo isso que sabe?

- Nos livros.
- Quem escreveu esses livros?
- Os escritores, os professores...
- E quem ensinou esses escritores, esses professores?

- Os seus escritores e seus professores...

(respondia quase calado)

- E quando vai acabar tudo isso?
- Acho que nunca, Sapalo.

“árien dos planaltos”

- Pois é, aqui anoitece muito mais cedo que aí, sabe doutor?

- Agora que vejo acredito meu amigo!

- Eu nunca vi, nunca vi nada!, mas sinto as muralhas descerem como

riachos de beleza sem sal, água limpa como quando numa oração o meu coração fica limpo, mergulho nisso tudo e nada leio, mas ouço e nem de tudo porque aprendi a não acreditar nos risos secos, daqueles, bem diferentes dos deste riacho que desce as muralhas e me enche o balde aqui de casa para beber, é tão bom beber desta saúde e saciar a sede, a sede que muita gente desconhece, sabe

doutor, a sede não é só a necessidade de um copo de água, mas tantas vezes de um abraço sincero!, quente, abrasador como a lenha que acendo aqui mesmo neste quintal que não é apenas um quintal, mas sim árien dos planaltos.

- Mas agora doutor, vou-me recolher, aqui anoitece muito cedo!

Cabe-nos na imensidão da nossa servidão. Subimos a rampa do deslumbre mesmo calados, e calados, somos o reflexo da nossa voz.

“aqui respira-se oxigénio e que me importa a sua ausência?”

A voz de sobrolho do cego Sapalo com a sua bengala de pau preto, velha como a história dos seus dias contados para si por alguém que vier há muitos anos das terras da luz.

“aqui anoitece muito mais cedo que aí, sabe doutor?”

O doutor aprendeu nos livros porque estudou muitos livros, eu aprendi observando sem ver as saudades



# Fragilidades técnicas na tradução por José Mena Abrantes, de «Um Oceano, Dois Mares, Três Continentes», de Wilfried N'sondé



AGOSTINHO  
JOÃO

A tradução literária é, seguramente, o garante da expansão da literatura, da sua «invasão» e sobrevivência em territórios alheios, conferindo-lhe de tal modo um carácter universal ou transcendental. Trata-se, pois, de uma fiel amiga da produção literária, sendo aquela uma arte afim (admitindo aqui o tradutor como um (re)criador de um produto artístico) que muito deve respeito e «fidelidade» à obra artística original e à língua para a qual a mesma obra é traduzida (L2). A tradução é um domínio científico que exige do sujeito tradutor uma formação académico-profissional ou um talento extraordinário. Por isso, não se admitem aventureiros para desempenhar algo de tamanha responsabilidade. É nesse espírito de responsabilidade e respeito pela arte e ciência da tradução que decidi eleger para a minha apreciação crítica uma itinerante obra que encontrou em território angolano uma privilegiada estadia. Visará, assim, o presente artigo analisar racional, crítica e dialecticamente a tradução do romance histórico do escritor congolês Wilfried N'Sondé que recebeu em português o seguinte título: «um oceano, dois mares, três continentes». Trata-se de uma tradução executada por José Mena Abrantes, revisada por Paul Barascut, director da Alliance Française de Luanda, editada e publicada pela Mayamba Editora.

José Mena Abrantes ou simplesmente Mena Abrantes dispensa apresentações na medida em que se configura numa importante figura da célebre Geração do pós-independência. Porém, é imperioso que se diga aqui que pela primeiríssima vez abordá-lo-emos não nas habituais vestes de poeta ou dramaturgo, mas sim nas de um tradutor. Isso para mim constitui um

motivo de regozijo. Primeiro por adicionar mais um ofício no seu já preenchido currículo, e segundo, por ser ele, um angolano, a fazer a primeira tradução desta obra artística vencedora do importante prémio "Ahmadou Kourouma, edição 2018. Com isso, esperamos afincadamente, que este corajoso acto de Mena Abrantes sirva de inspiração para futuras traduções sobretudo de autores angolanos para as demais línguas do mundo.

Em «um oceano, dois mares, três continentes», José Mena Abrantes propõe uma tentativa de tradução literal, mas incorre, tecnicamente, em certos casos, numa autêntica corruptela de sentidos ao traduzir um conjunto de palavras do francês cuja equivalência em português se disjuncta do seu sentido original. Não condeno o uso da tradução literal, aliás, compreendo e aceito que Mena Abrantes tenha, inevitavelmente, optado por este tipo de tradução mediante as semelhanças que existem entre as duas línguas envolvidas neste processo (francês e português). Porém, observa-se do tradutor uma falta de apuração semântica ao privilegiar a palavra e não o sentido que esta carrega em si, apresentando assim uma tradução longe da qualidade exigida. Com isso, Mena Abrantes revela-se como um tradutor de palavras e não de sentidos, o que me permite classificá-lo como «tradutor de palavras». Não se traduz, geralmente, a palavra. Traduz-se o significado que a palavra contém. Desconhecerá Mena Abrantes este princípio? Não terá tido noção de que, apesar de o francês e o português serem línguas muito próximas, a tradu-



José Mena Abrantes



ção devia ser cautelosa, ponderada e sobretudo contextualizada? A estas questões, saberá melhor responder o próprio tradutor.

publicação precipitada. Com isso, «um oceano, dois mares, três continentes» chega às mãos do público com elevadas cacografias, resultantes das incoesões gráficas, textuais e até mesmo editoriais. Assim, ao longo de uma leitura minuciosa, lê-se, por exemplo, novíssimo em vez de novíssimo (pag. 23§2), fétiche em vez de fetiche (pag. 49§1), nearlandeses em vez de neerlandeses (pag. 67§2), contruíam em vez de construía (pag. 119§2), deixava.me em vez de deixava-me (pag. 130§1), taratarugas em vez de tartarugas (pag. 163§1) e outros itens que descredibilizam, até certo ponto, a qualidade do producto artístico por conta de uma publicação apressada. Um outro aspecto que chama a minha atenção tem que ver com aquilo que chamaria, talvez, de «infidelidade» na tradução. Tal infidelidade se processa na abertura e não abertura de novos capítulos. Na página 55, por exemplo,

o tradutor ou talvez o editor (eles saberão melhor quem foi) faz daquele que seria o terceiro parágrafo da página 53 um novo capítulo, quando no texto original o referido capítulo constitui-se apenas como terceiro parágrafo da página 52. O mesmo acontece na página 70, onde aquele o segundo parágrafo se transforma em novo capítulo na página seguinte (71), sendo que no texto original o referido capítulo seria o segundo capítulo da página 70. Já na página 157§4 em inconformidade com o texto original, verifica-se o contrário dos dois primeiros casos, isto é, aquele que seria um novo capítulo se constitui como o terceiro parágrafo da página 157.

Apesar de todas essas fragilidades, José Mena Abrantes, imbuído de um espírito de coragem, deixa ao público leitor em língua portuguesa uma tradução com uma qualidade minimamente aceitável. Contudo, espera-se ver nas próximas vezes um Mena Abrantes mais contextualizado e mais maduro nas vestes de tradutor. Portanto, com o sentimento de dever cumprido, e acreditando firmemente no poder da crítica que aqui manejo, espero que num tom de humildade e responsabilidade essas fragilidades sejam levadas em consideração e futuramente corrigidas. Outrossim, dentro da humildade e respeito científicos, aguardo por uma contracrítica, caso o tradutor ou qualquer outra pessoa não esteja de acordo com a minha visão crítica em torno das fragilidades técnicas encontradas na tradução de José Mena Abrantes.



Wilfried Nsondé

Agostinho João é membro do Círculo de Estudos Literários e Linguísticos Litteragris

# António Ole e "A Causa das Coisas"

## Um artista que se interessa pela história

**D**e António Ole, não se esperava outra coisa, senão diagnosticar, pelo tom pasteurizado da cor, a causa das coisas que o (nos) rodeiam e apontam o caminho do indecifrável. Daí a Arte ser sempre um ponto de interrogação sobre esta forma de ser e estar na Terra, este modo de falar com os outros e, às vezes, nos zangarmos sem intenção nem razão aparente, afinal, qual é a causa desta coisa de sermos homens, qual é a causa de cuspirmos barro e cinza e sal todos os dias?

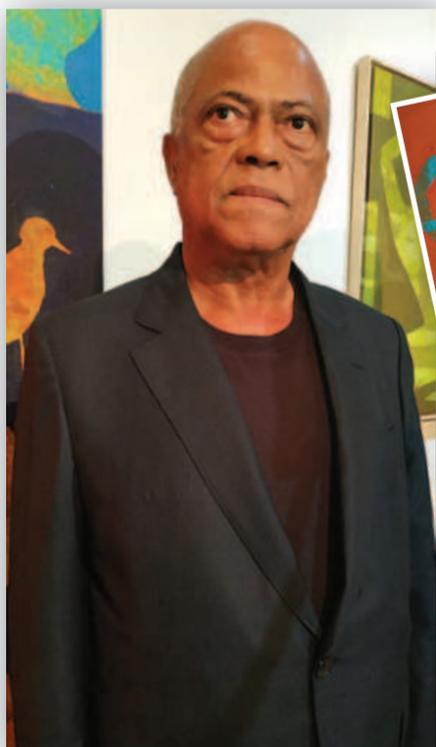
Ninguém sabe nada, nem o traço raso sobre a tela de António Ole é capaz de nos dar uma resposta, não há resposta para nada, porque as respostas todas nos são dadas de antemão, antes de irmos ao mundo com esta aura de deuses ínfimos que trazemos, capazes de dominar os outros até à fome.

Que o digam essas telas multidimensionais, nas quais Ole impõe a sua técnica mais recente da linearidade, da unidimensionalidade e da esfoliação da imagem,

criando buracos brancos que a própria paisagem que é a Vida se encarregará, depois, na mente do visitante, de recriar (se).

Mestre Maior da arte contemporânea em Angola, regressa e honra o Camões/Centro Cultural Português com o seu mais recente trabalho, "A Causa das Coisas". Uma permanente procura e

descoberta de novos territórios conceptuais e estéticos, num percurso de meio século de excelência criativa... Uma celebração ao Mestre...



António Ole. Mestre Maior da arte contemporânea



## Sobre a exposição

Neste seu trabalho mais recente, "A Causa das Coisas", o artista reúne um conjunto de obras, na grande maioria inéditas.

Porque o olhar artístico de António Ole nunca se detém na superfície das coisas, antes procura mergulhar nas razões, as causas profundas e naquilo que não é visível à vista desarmada, "A Causa das Coisas" é a sua interpretação criativa, subjectiva, única e irrepitível, de coisas e de sentidos que compõem a realidade.

"A Causa das Coisas" é uma celebração e uma oportunidade para acompanhar a evolução e conhecer as novas propostas de um Mestre Maior da Arte contemporânea em Angola. Sobre a sua incursão artística no flagelo da escravatura, diz o Artista: "É impensável pensar em qualquer ideia de futuro, sem mastigar bem o

que foi doloroso no passado. Julgo que, assim, as pessoas terão mais possibilidade de se libertarem da amargura na consciência. Não sou historiador, mas um artista que se interessa pela história".



DE ANTÓNIO OLE

# Desnutrição cultural crónica

*A cultura é uma coisa apavorante para os ditadores. Um povo que lê nunca será um povo escravo.*  
António Lobo Antunes



JAPONE  
ARIJUANE

Quatro horas da manhã, a neblina ainda se impõe contra o retrovisor do carro. Lá fora o frio penetra a escuridão. Quando todos tínhamos comodamente as nádegas afixadas nos já cansados assentos do Toyota Hiace, o ronronar do velho motor prenunciou o começo da viagem.

Partimos exactamente às quatro horas e trinta minutos. O trajecto de Gurúe a Quelimane leva para aí quatro horas, tempo suficiente para alimentar a alma de paisagens e fragrâncias únicas, que este país com vários países adentro oferece.

É intenso o panorama que se perde de vista, nesta esverdeada pacata cidade do Gurúe, tudo aqui é motivo para admirar a mestria da mãe natureza. Há um certo rigor e capricho que a flora faz deste lugar, um verdadeiro espectáculo de embalar a alma. Fixada aos pés dos montes Namúli, este acidentado distrito é dos mais ricos lugares que este país tem para “dar e vender”. Conhecido pelas plantações de chá e outras culturas de alto rendimento comercial, Gurúe ainda é um lugar por descobrir.

Este interminável espanto faz emergir em mim uma vontade enorme de permanecer neste verdejante lugar de terra avermelhada, um verdadeiro prazer que a natureza nos faz sentir. Mas a vida nem sempre é o que queremos, e eu preciso de sair de mim para abandonar esta cidade, mas levo comigo a coreografia que a terra faz depois de a chuva cessar, o cheiro do saibro molhado, a fumaça cobrindo a montanha, o fumigar das palhotas, a fragrância do despoletar de flores e o amadurecer de frutas, o que há em abundância por aqui, dos cânticos, da música do linguajar lomuwé, do frio que embala a alma, tudo isso guardo na minha essência e parto com o coração partido.

O carro faz cantar os pneus no asfalto, de subida e descida, a viagem vai acontecendo com os pára-brisas

abrindo o horizonte para o novo destino, até que, por alguma razão, cham os pneus. Já são cinco horas e o frio continua intenso, porém, a partir da janela, consegue-se ver crianças de troncos nus e certos recipientes cheios de frutas e outras coisas. Vê-se banana, manga, cana-de-açúcar, pêssago, uva, líchia, e vários tubérculos, como mandioca, batata; vários cereais, massaroca e diferentes feijões, e alguns citrinos, laranja, limão, toranjas e outros.

Os maltrapilhos, acompanhados por homens e mulheres igualmente esfarrapados, exibem-se cobertos de uma esperança de vender seus produtos, correm de um lado para o outro, atabalhoados. Vejo que os mais novos têm abdômens enormes e rostos interrompidos pelas moscas que são sempre atraídas pelo ranho e faraónicas ramelas; as mulheres exibem peitos enxugados, como balões rebentados, que mal se mantêm em capulanas com a nítida aparência de muitas vezes repetidas, chegando mesmo a essa versão de trapos que nem para limpar o chão servem; já os homens de epidermes pálidas ostentam rostos que mostram vivenciar demasiadas atrocidades, a maioria deles traz sempre um palito na boca, e o cabelo mostra-se como qualquer coisa que desconhece o pente.

Tudo isso é comisseração que não sei explicar, um sentimento que me assalta a alma e me atira para além das ilusões de um país igualitário, e vou perguntando a mim mesmo se há moçambicanos da segunda divisão, ou somos todos iguais quando convivem certos interesses?

Cada um deles puxa o lume para a sua fogueira, gritam todos eles publicitando as características e o custo dos produtos que trazem em bacias, baldes, sacos, plásticos, até nas mãos. É na verdade um festival de cores, aliás, um cemitério de sonhos e frutas, porque quando se afina mais a pupila, consegue-se ver, além desses ambulantes, variedade de frutos já deteriorados, certos homens e mulheres sem qualquer entusiasmo no rosto, e nem esperança do que poder e vier, com os rostos rebentados de tanto silêncio, todos eles como se tivessem esquecido o sorriso algures em parte incerta.

“É cinquenta, patrão”. “Três cem, boss”. “Leva toda a bacia, paga vinte”. “Amendoim fresco, aqui!” “Massaroca cozida, numa boa”, dizem os moti-



Chapa cem

vados, cercando o Toyota Hiace, como moscas numa carne fresca, de seguida ouve-se o resmumar do motor do chapa, esses transportes onde entornamos toda a vitalidade. “Motorista, espera, ainda não levei o troco”. “Motorista, vamos, estamos atrasados”. Motorista, isso e aquilo, ralham os meus ocasionais companheiros de viagem. O carro desliza e desliza sem qualquer constrangimento, lá vamos nós, com a fragrância de toda aquela gente em nossas entranhas e suas culturas dentro daquele carro velho. Alguém, por alguma razão, tem a alma esquecida naquela paragem e vasculha com a boca dentro do automóvel.

– *Aquela gente tem tudo, mas não sabe. É cultura deles.*

Diz um chico esperto, que deixou todos de boca aberta aquando da sua chegada, naquelas quatro horas da manhã, vestido a rigor, uma gravata larga que não combinava nem tão pouco com o casaco também largo, e tudo parecia que a boca também o era. Logo cedo tentou puxar papo com qualquer um que estivesse disponível, infelizmente o frio inibiu-lhe a intenção de contentar-se, mas naquelas sete horas da manhã, visto que o horizonte já se apresentava limpo de cacimba, o sol timidamente sorria e o frio arrumara com certo cuidado o seu manto, o que permitia que certas bocas já estivessem disponíveis para o alongamento matinal, eis que o homem largo não perdeu tempo e largou algum palavreado:

– *Essa gente é fiel à sua cultura.*

– *Como assim, cultura? Sabe o que é cultura, o senhor?*

– *É cultura deles, cultivar e não se alimentar desse cultivo.*

– *O senhor está equivocado.*

– *Eu sou doutor em esclarecimento.*

– *Entendo que não temos tema para conversa.*

– *Eu sempre tenho conversa para tema.*

O jovem que, sentado ao seu lado, lhe respondia, preferiu responder-lhe da forma mais eloquente: o silêncio. Foi dentro desse silêncio que todos, taciturnos, nos vimos despidos de nós mesmos. É claro que debatía-

mos connosco mesmos “o produzir e não consumir” daqueles moçambicanos. Olhávamo-nos esperando que alguém escamoteasse o silêncio, mas ninguém o fez, muito menos eu. Continuei reflexivo, com os olhos postos na janela e deixei o machimbombo viajar-me a vista.

Quando despertei desse devaneio já pensava em arte, passeavam-me na mente pitorescas imagens de artistas moçambicanos; pensava em certos personagens e poemas de autores moçambicanos; fotografias e esculturas introduzindo-se-me adentro; bailados e orquestras; peças teatrais; toda essa arte produzida por moçambicanos e pelos moçambicanos não consumida, tudo isso me atordoava a mente.

De tal forma que me colocava em total delírio. Seriam estes, os que não consomem a arte de e feita por moçambicanos, moçambicanos da segunda divisão? Estariam estes moçambicanos, assim como aqueles que logo pela matina carregam frutos que produzem e nem consomem, também desnutridos?

Estas interrogações foram-me fazendo companhia cogitativa. Debatia comigo mesmo a desnutrição cultural crónica de certos moçambicanos. E conclui que, assim como aqueles moçambicanos do interior da Zambézia que produzem tudo e não consomem, muitos achados moçambicanos da primeira linha também padecem da mesma enfermidade: desnutrição cultural crónica. Que é essa cultura de não se cultivar, o que, hoje em dia, excessivamente se cultiva neste país.

Neste marasmo em que se encontram as nossas artes, somos todos um cemitério de sonhos e cores dos nossos próprios artistas.

O debate sobre desnutrição deve passar também pelo consumo da arte, sobretudo a arte produzida em Moçambique, assim evitamos que os nossos artistas vivam desnutridos e nós, como consumidores, evitamos que estejamos desnutridos culturalmente. É preciso que haja fartura no estômago, também na alma e no espírito, para o bem de todos.

# A desconstrução da prática da iniciação: excisão como rito africano

## *Enquadramento da Prática da Iniciação “Excisão”*



ISABEL  
ANDRÉ  
MANUEL

Actualmente se verifica nas sociedades africanas o desaparecimento de certos ritos que fazem parte da cultura e religião dos povos. Eis a razão da pertinência em abordar a questão.

Em África existem dois tipos de iniciação:

Iniciação masculina denominada circuncisão e a iniciação feminina denominada excisão.

Importa referenciar que nem sempre a prática de iniciação agrega a excisão. Em muitas regiões africanas, serve simplesmente para aprendizagem. Os ritos de iniciação na puberdade são de grande importância e têm significado a nível social, político e religioso. Encontramos princípios éticos e morais baseados nos costumes e leis tradicionais. É um rito de maturidade da ruptura com a infância, passando à condição de adulto, sendo o órgão sexual o símbolo da vida.

A excisão é uma tradição cultural milenar que extirpa o clítoris e lábios vaginais das mulheres, deixando apenas um espaço para as funções orgânicas. A excisão feminina é ainda compreendida como a mutilação dos órgãos genitais femininos (clítoris), de modo a que seja impossível às mulheres posteriormente sentirem prazer sexual.

No seu livro *Cultura tradicional banto*, Raul Altuna (1985:279) situa a prática da excisão entre os ritos de celebração da puberdade. Esta constituiria uma das fases da iniciação à vida comunitária. A excisão é cerimónia inaugural dos ritos de puberdade. Portanto, a sua prática deve ser entendida como rito da fase de puberdade, como iniciação à vida da comunidade. Assim, a mulher se situa no lugar religioso e social exacto, torna-a apta para as suas responsabilidades.

Todos os ritos femininos estão sempre relacionados com o mistério do nascimento e da fertilidade. O mistério do parto, isto é, a descoberta da mulher como criadora de vida, constitui uma experiência religiosa que não se pode traduzir em termos masculinos. É por isso que o parto originou rituais secretos femininos que por vezes constituem verdadeiros mistérios.

A ruptura do hímen é prova da feminilidade adulta. Pode-se chamar “ritos de nubidade”.

No caso de incumprimento do ritual, existem consequências para o casal, a rapariga pode não engravidar. Em África os filhos constituem riqueza. O falecimento dos filhos, até mesmo de um dos cônjuges, poderá dar origem a doenças na família. Em África, a prática da excisão pode ser considerado como um processo de socialização por se tratar de hábitos e costumes das regiões em que os indivíduos estão inseridos.

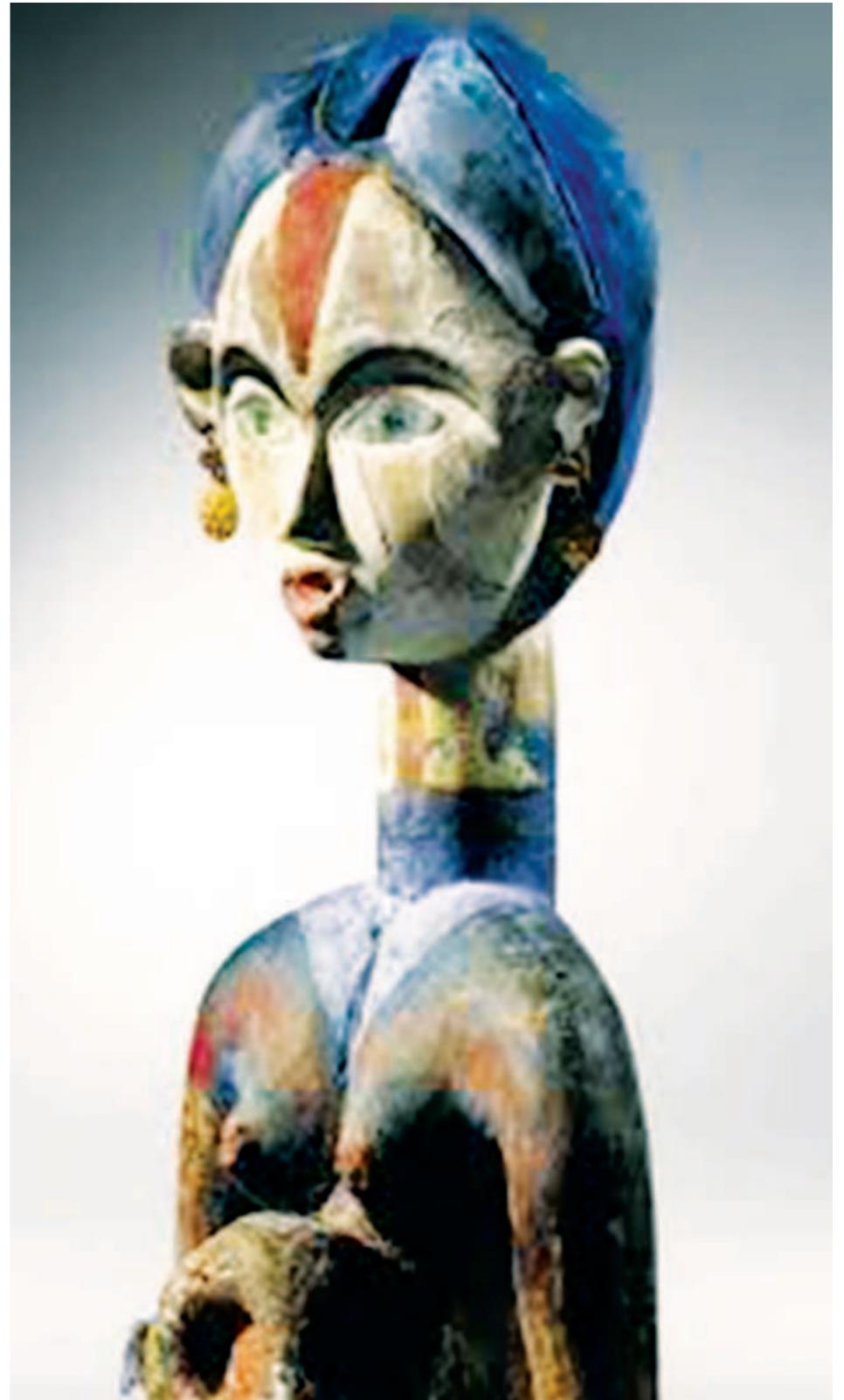
Na Etiópia, pensam que é uma medida higiénica com consequências morais positivas que garante a feminilidade. Na Costa do Marfim, as raparigas são convencidas que se não forem submetidas as excisões não terão filhos. Em Angola nem todo o rito da iniciação envolve a excisão.

Em Angola, a iniciação é praticada por vários grupos. Actualmente podemos encontrá-la nos Ganguela, Cokwe, Nyaneke-Humbe, Kwanyama, Ambó e outros. A rapariga deve ser iniciada quando lhe aparece a primeira menstruação. Em alguns grupos, iniciam-nas antes e, noutros, depois de passar dois anos ou mais, também é associado ao contrato matrimonial e recebe o estatuto social, jurídico na comunidade como mulher adulta.

É realizada uma cerimónia única nas aldeias e na casa paterna. A menina deve apresentar-se virgem nestes ritos, o ritual é acompanhado por danças, comida e bebidas típicas da região. No acto do casamento a mulher deve ser virgem para não envergonhar a família principalmente os progenitores, em primeira instância a mãe, principal responsável pela sua educação. Muitas vezes é efectuada a



*A excisão é uma tradição cultural milenar que extirpa o clítoris e lábios vaginais das mulheres, deixando apenas um espaço para as funções orgânicas.*



desfloração da rapariga durante os ritos de puberdade. Muitos grupos Bantu realizam-na, embora muitos outros apreciem a virgindade até ao casamento. A ruptura do hímen, mecânica, é feita por uma mulher idosa com os dedos ou com o uso de um instrumento pequeno. Em Angola, existe um código em que a mutilação genital é proibida, apesar de ser uma prática tradicional.

Reinach sugere a hipótese de que os varões são obrigados a pactuar com a “divindade” do clã, oferecendo-lhe o sangue da sua virilidade. Câmara Laye, quando descreve estes ritos na África Ocidental, insiste em que recordam com nitidez um sacrifício que, através do sangue, garante o estado de homem, esquecendo o aspecto cultural dos povos que lhes confere identidade única

pelo seu significado e especificidade.

A maioria dos colonizadores em África tinha um espírito de exploração e de dominação. Ao desprezarem a autoridade dos anciãos, desestruturaram as famílias, interferiram nas estruturas sócio-religiosas. De acordo com o Boletim do Arquivo Histórico de Moçambique, nº 5 (1989) para os colonizadores, evangelizar significava “civilizar” de acordo com os parâmetros ocidentais, significava educar para ser um “assimilado”. Assimilados (na África portuguesa) eram os negros que frequentavam a escola colonial e eram “ensinados” a agirem de forma “civilizada”, a partir do ponto de vista do colonizador, convertendo-se ao cristianismo, em detrimento da sua religião. Porém este ritual ainda é praticado em algumas regiões africanas.

# Ondjango e o Centro de Estudos

**N**a mesma altura em que li a notícia de que um grupo de intelectuais angolanos projectava a formação de um centro de estudos aplicado às ciências sociais, centrados na cultura africana, deparei com o artigo da professora universitária Arminda Fernando Filipe, inserto na CULTURA de Novembro último, intitulado ONDJANGO-Filosofia Social e Política Africana – título que despertou imediatamente a minha curiosidade pelo emprego do termo Ondjango, por remeter para o léxico quimbundo.

Lido seguidamente todo o artigo e os elementos bibliográficos respectivos, com todo o interesse e o merecido apreço, reconcentrei-me na feliz coincidência de quem procura e já encontrou... Ao ser definido como “uma hipótese de trabalho como exemplo de uma realidade social e especificidade cultural africana, esquecida, que ajuda a encontrar e compreender alguns pressupostos para a construção do pensamento africano contemporâneo”, eu vi em ONDJANGO justificada a pretensão de ser criado um centro de estudos de ciência sociais em Luanda, provavelmente instalado como num Jango - entendido não como um cenáculo ou uma confraria, mas como um simples local de reunião de pessoas interessadas e suficientemente informadas para discutirem os problemas sócio-políticos do país e do mundo. Até ocorre dizer que quando Dario de Melo, há muitos anos, escolheu para título do jornal que criara o termo Jango, estava provavelmente a pensar que um jornal, se orientado de determinada maneira, poderia valer como uma tertúlia dos seus leitores...

Diga-se que para os dois professores (Dario também o foi, quando “professor de meninos”, como se auto-designou Garibaldi de Andrade, escritor e também professor do ensino primário) não será diferente o propósito de “evidenciar o contribu-

to para a construção da filosofia social e política africana e desvelar a democracia presente no espaço tradicional” - parafraseando a professora Arminda Filipe. Mas se para ela o Ondjango era, metaforicamente, o pensamento *justum ac tenacem de-sejável* para todos os países africanos aspirantes ao desenvolvimento económico, à educação e à democracia, em paz e liberdade, a realidade mostrava que esse ideal (pelos colonizadores vencidos julgado utópico), que germinara no tempo dos grandes líderes revolucionários como Nkrumah, Neto e Nyerere, após as suas mortes entrou, epistemologicamente, em fase de estagnação.

O professor universitário sul-africano Mogobe B. Ramose diria porventura que esta fase de não-construção significa ausência da ética UBUNTU, entendida como a “ciência da moralidade, isto é, o estudo do significado do que seja bom ou mau em relação ao comportamento humano”. O que significa que a ética é também uma filosofia, “um foco sobre os princípios específicos subjacentes ao comportamento moral particular e também uma justificação desses princípios”.

Nesta vertente, teriam lugar a maiêutica socrática, a ontologia e a teologia para se fazer um juízo não-final sobre o homem como ser-sendo em constantes “circulações”, no dizer do também professor universitário Achille Mbembe, que já é taxativo quando escreve sobre como Moldar o futuro de África: “As nossas culturas foram produzidas ao longo do tempo pelo movimento, a multiplicidade e a junção de elementos aparentemente heterogéneos e incompatíveis.(...) A itinerância, a plasticidade, a transumância, a capacidade de aplanar fronteiras moldaram as nossas civilizações e as formas próprias de ser e mesmo de pensar.”

E num ensaio sobre As formas africanas de auto-inscrição, o relativismo de Mbembe é inequívoco: “Para

ser exacto, não há nenhuma identidade africana que possa ser designada por um único termo, ou que possa ser nomeada por uma única palavra; ou que possa ser subsumida a uma única categoria. (...) A identidade africana não existe como substância, ela é construída de variantes formas, através de uma série de práticas, notavelmente as práticas do self. Tão-pouco as formas desta identidade e seus idiomas são sempre idênticos. E tais formas e idiomas são móveis, reversíveis e instáveis. Isto posto, elas não podem ser reduzidas a uma ordem puramente biológica, baseada no sangue, na raça ou na geografia. Nem se podem reduzir à tradição, na medida em que o significado desta última está constantemente mudando (cf. Hamilton, 1998). (...) Já que o tempo em que vivemos é fundamentalmente fracturado, o próprio projecto de um resgate essencialista ou sacrificial do eu está, por definição, fadado ao fracasso.”

O activista filósofo espanhol Ortega y Gasset (1893-1955), se fosse vivo e ouvisse falar da subsistente problemática sócio-política africana, que emergiu quando cessou o poder alienante do colonialismo, talvez não deixasse de repetir o que já tinha dito sobre o homem desapossado de si: “Eu sou eu mais a minha circunstância. Se não salvo a ela, não salvo a mim.”




---

O professor universitário sul-africano Mogobe B. Ramose diria porventura que esta fase de não-construção significa ausência da ética UBUNTU, entendida como a “ciência da moralidade, isto é, o estudo do significado do que seja bom ou mau em relação ao comportamento humano”. O que significa que a ética é também uma filosofia, “um foco sobre os princípios específicos subjacentes ao comportamento moral particular e também uma justificação desses princípios”.

JOSÉ MARIA MARQUES (ZUELA) \*

A pesar de bastante inflacionado, o termo “estratégia” do ponto de vista etimológico deriva do grego (strategos) ou seja (stratos) que significa exército e (ago) que significa comando ou liderança. Estratégia, portanto, originalmente, era compreendida como a Arte do General.

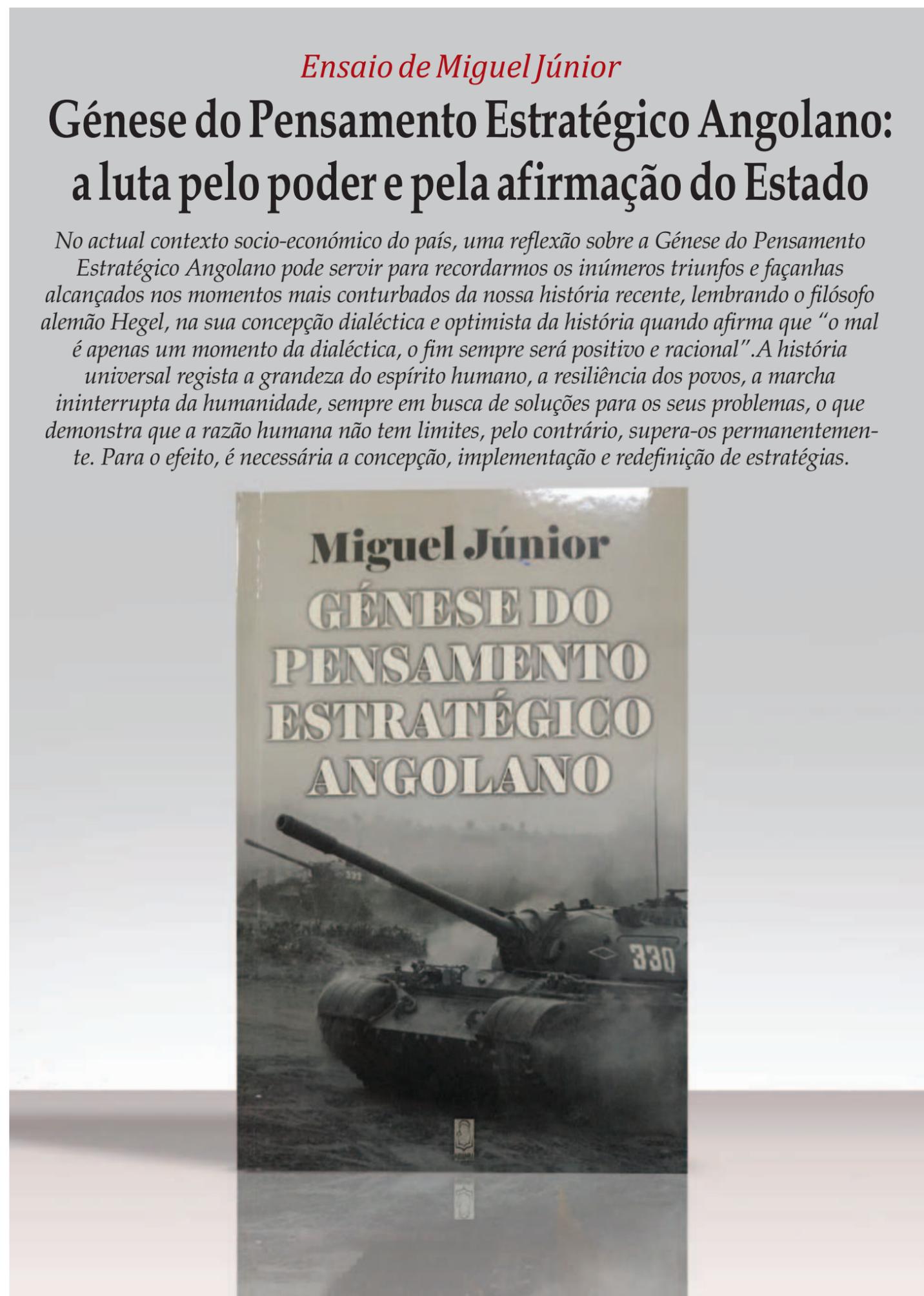
Uma definição ontológica bastante precisa diz que “estratégia é a habilidade de desenvolver um conjunto de estratégias, manobras numa guerra, ou ainda, o planeamento necessário a tarefas complexas, que envolvem vários níveis de acção com vista a alcançar um objectivo ou resultado. Portanto, a obra foi escrita, não por um aventureiro académico, nem por um simples curioso do saber, antes pelo contrário, o autor desta obra, General Miguel Júnior, sabe e conhece perfeitamente o chão que pisa, domina com profundidade a trama complexa do desenrolar do pensamento estratégico angolano e tanto é verdade que, de 1994 a 2002, foi chefe do Departamento de Estudos Estratégicos do Ministério da Defesa Nacional. Mestre em História Militar pela Academia Militar de Portugal, PhD em História pela Universidade Internacional do Atlântico (Atlantic International University) e PhD em História pela Universidade da Califórnia Central (University of California Center).

Esta obra intitulada “Génesse do Pensamento Estratégico Angolano” tem o grande mérito de narrar fenomenológica, e desapaixonada e imparcialmente a história de Angola, de forma geral, de 1961 a 1991, segunda metade do Século XX, com incidência na luta pelo poder e pela afirmação do Estado.

A obra destaca o papel fundamental de Angola no contexto da África Austral, a capacidade de Angola na afirmação da sua autonomia, na originalidade do seu pensamento estratégico.

O autor divide o livro em quatro (4) capítulos ou partes, como ele refere. A primeira parte intitulada “A Luta pelo Poder e pela Afirmação do Estado”, que vai de 1961 a 1976. O enfoque aqui recai para o Início da Luta Armada como opção, alternativa, tal como diz o autor, resultante da relutância portuguesa em não estabelecer uma plataforma de diálogo e de negociação para a libertação de Angola; outro factor que iniciou a luta armada foi também, a forma ignóbil como o povo era tratado; é nesta senda que em 1961 os Movimentos de Libertação, primeiro o MPLA e a FNLA e, mais tarde, em 1966, junta-se a UNITA, deram o início da luta armada. Havia unanimidade entre os movimentos de que o objectivo comum era o derrube do colonialismo português, tal como diz o autor, “esta era a meta estratégica e a divisa dominante”.

Nesta parte da obra, o autor narra também as diversas vicissitudes e divergências entre os Movimentos de Libertação evidenciados nos seus programas políticos concebidos para implementar durante e depois da Luta Armada que chegou ao fim em 1974. A



Ensaio de Miguel Júnior

## Génesse do Pensamento Estratégico Angolano: a luta pelo poder e pela afirmação do Estado

*No actual contexto socio-económico do país, uma reflexão sobre a Génesse do Pensamento Estratégico Angolano pode servir para recordarmos os inúmeros triunfos e façanhas alcançados nos momentos mais conturbados da nossa história recente, lembrando o filósofo alemão Hegel, na sua concepção dialéctica e optimista da história quando afirma que “o mal é apenas um momento da dialéctica, o fim sempre será positivo e racional”. A história universal regista a grandeza do espírito humano, a resiliência dos povos, a marcha ininterrupta da humanidade, sempre em busca de soluções para os seus problemas, o que demonstra que a razão humana não tem limites, pelo contrário, supera-os permanentemente. Para o efeito, é necessária a concepção, implementação e redefinição de estratégias.*

primeira tentativa de debelar estes desentendimentos deu-se a 3 de Janeiro de 1975 em Mombaça, Quénia, e a 15 de Janeiro do mesmo ano, no Algarve, naquele que ficou conhecido como Acordos de Alvor, entre os três (3) Movimentos e o Governo português. Acordo este que fracassou e deu lugar, mais tarde, precisamente de 17 a 21 de Junho de 1975, a uma Conferência Cimeira de Nakuru no Quénia, com o objectivo de identificar medidas fundamentais para o restabelecimento da paz”, porque, como diz o autor, o processo de paz estava a descarrilar.

O autor destaca que, ao observar que não havia consenso, nem espírito de pacificação e, vendo que a FNLA e a UNITA estabeleceram alianças políticas e militares com a África do Sul, o

Zaire e os Estados Unidos da América, o MPLA, aliado à então URSS e a Cuba, optou por uma estratégia de defesa e segurança do Estado, cujas linhas podem ser resumidas da seguinte forma:

1º - A ideia de Semana de Defesa – Consistia em consciencializar nos cidadãos o valor da defesa do território;

2º - Mobilização geral das populações no sentido de robustecer e corporizar a defesa;

3º - O MPLA introduziu o Serviço Militar Obrigatório nas FAPLA e requisitou os Serviços dos Ex-Militares do Exército Português;

4º - Concebeu uma Lei sobre o Serviço Militar Obrigatório;

5º - Aprontou a sua Unidade de Infantaria Motorizada;

6º - Agostinho Neto começou a esta-

belecer laços diplomáticos de cariz de Estado, quando convidou, em 4 de Setembro de 1976, o Embaixador Soviético B. S. Sobiev para um encontro de trabalho”.

### NASCIMENTO DO NOVO ESTADO

Como resultado desta estratégia, o povo angolano, sob a liderança do MPLA, proclamou a independência nacional no dia 11 de Novembro de 1975 e, nasce assim, o Estado democrático popular em Angola.

Aqui destaca-se também que o alcance deste objectivo, trouxe outros problemas ou desafios, como seja, a defesa e consolidação do Estado, o que implicava:

1º - Trabalho para obter o reconhecimento do Estado pela OUA;

2º - Garantir a sua integração nas Nações Unidas.

Naturalmente, isto levou a que o Estado angolano dedicasse uma atenção especial aos sectores da Defesa e Segurança, a partir de 1976.

Era pois necessária a organização de umas Forças Armadas credíveis, porque só assim o Estado defenderia os seus interesses e garantiria a inviolabilidade do Território Nacional.

Com a desarticulação da economia e do aparelho administrativo do Estado, muitos quadros abandonaram o país. Perante esta situação, o Estado decidiu implementar a estratégia da formação de quadros, isto em 1976.

A segunda parte da obra, intitula-se “A Estratégia Nacional Angolana”. Nesta parte o autor descreve a estratégia nacional de um Estado recém-Independente. Já o dissemos e reiteramos que, as estratégias redefinem-se tendo em conta os contextos.

Aqui o autor acentua que a formulação (política) estratégica do Estado angolano fez-se com base nos documentos doutrinários do MPLA, isto no I Congresso, de 4 a 10 de Dezembro de 1977, assente nos seguintes pontos estruturantes:

- a) *A Situação Política na África Austral*
- b) *A Situação de Segurança*
- c) *A Política Nacional*
- d) *A Estratégia de Política Externa*
- e) *A Estratégia de Defesa e Segurança*

Dentro desta parte, o autor descreve que de 1978 à 1985 é o período da implementação da estratégia. A meta da estratégia nacional era, acima de tudo, a construção de uma sociedade justa e livre.

De 1985 a 1990 é o período da implementação posterior da estratégia. Para este período, a estratégia nacional continuou a considerar a defesa como a tarefa prioritária. Como se pode notar no II Congresso do MPLA-PT, e eu passo a citar:

“A prioridade absoluta às necessidades da Defesa é uma tarefa que se impõe, pois decorre inevitavelmente do recrudescimento da agressividade das forças do imperialismo e conduz à necessidade premente de defender a nossa independência e integridade territorial e a salvaguarda das possibilidades e das condições de desenvolvimento económico do país”, fim de citação.

Nesta fase, diz o autor, foi necessário estar nas frentes da guerra e da diplomacia, bem como estar a par das dinâmicas regionais e internacionais. Foi necessário perceber as estratégias contrárias e o modo como elas estavam estruturadas. Foi indispensável perceber as manobras políticas e militares das partes contrárias e elaborar as devidas respostas, bem como houve necessidade de adequar o pensamento militar e as estratégias militares aos desafios militares.

#### A MUDANÇA ESTRATÉGICA

A terceira parte, intitula-se “A mudança estratégica” que ocorre de 1990 a 1991. Fica evidente, o esforço do estado angolano em busca da solução interna tendo em conta o fim do conflito. Angola e Cuba concluíram o Acordo



Nesta parte da obra, o autor narra também as diversas vicissitudes e divergências entre os Movimentos de Libertação evidenciados nos seus programas políticos concebidos para implementar durante e depois da Luta Armada que chegou ao fim em 1974.



General Miguel Júnior

Bilateral e depois, Angola, Cuba e África do Sul rubricaram o Acordo Tripartido. Estes instrumentos negociais permitiram criar as premissas para a resolução do problema do Apartheid e as bases para a resolução do conflito regional da África Austral. Apesar da influência de Angola para a resolução dos problemas externos, havia ainda o problema interno por resolver e, este problema consistia em saber se a nova estratégia nacional ajustar-se-ia ao status quo ou evoluiria?

Assim, o Governo angolano propôs um “Plano Interno de Paz” no dia 1 de Março de 1989 com propostas que se seguem:

1. Cessação da ingerência da África do Sul e dos Estados Unidos da América nos assuntos de Angola;
2. Respeito pela Lei Constitucional angolana, isto é, na alteração do sistema político de partido único;
3. Aplicação de medidas políticas e militares activas para pôr fim à guerra subversiva;
4. Amnistia no âmbito da política de clemência e harmonização nacional;
5. Integração voluntária de todos os angolanos no esforço de reconstrução nacional segundo as suas capacidades;
6. Tratamento especial do caso de Jonas Savimbi;
7. Apoio da Comunidade Internacional a programas de integração social e reconstrução nacional.

Não obstante estas estratégias do Governo angolano para a paz, a guerra continuou por conta da UNITA.

A firmeza e a determinação de José Eduardo dos Santos atestam-se no seguinte extrato de uma entrevista que passaremos a citar:

“Continua iludido e pensa que pode destruir o Estado angolano apoiando-

se em aliados externos. Mas a história mostrou que esta via não conduzirá Savimbi aos objectivos que pretende. O seu fracasso, a sua derrota, seguindo essa via, serão assegurados”. Fim de citação. Ver página 134.

Não obstante toda a investida da UNITA, o Governo angolano manteve-se firme, seguro, coeso dos seus objectivos para a pacificação do Estado angolano e para a instauração do Estado Democrático e de Direito.

Na quarta e última parte, “Considerações Estratégicas Finais”, o autor destaca a liderança do Presidente António Agostinho Neto de 1975 a 1979 e a de José Eduardo dos Santos, de 1979 a 2017. Devo dizer, para finalizar, que a objectividade das informações desta obra pode ser testada ou comprovada nos anexos que o autor dispõe na obra. É uma obra que vem enriquecer a comunidade académica angolana e desafia a nova geração a aprofundar os aspectos relevantes da estratégia nacional da nossa história recente.

A obra destina-se a todos angolanos, e não só, com particular incidência nos académicos das áreas de relações internacionais, história, filosofia, ciências políticas, jornalistas, enfim, a todos quantos têm interesse na história de Angola.

Como diz a máxima filosófica: “Quem não sabe de onde vem nem para onde vai, qualquer lugar é o seu destino”.



Por volta das 12.30h, encontrava-me, entretido, no escritório, com a mente a vaguear no limbo de pensamentos caleidoscópicos mergulhados em cabriolices que, nos tempos que correm, tornaram-se «prato do dia» - os «marimbondos», isto é: todas aquelas pessoas que «no tempo da outra senhora» ocuparam cargos de direcção, assumindo várias funções - tanto no executivo como no legislativo e no jurisdicional - mais toda a «caterva» dos apelidados ppxs (entenda-se: «pessoas politicamente expostas», tidas, ipso facto, como «criminosas» e, consequentemente, os causadores de todas as malambas que fustigam o «pacato cidadão»: a fome galopante, as doenças, a falta de medicamentos nos hospitais, a miséria, a carestia da vida, a desvalorização da moeda nacional, os mambos do IVA, dos produtos que apodrecem no campo devido à precariedade das estradas secundárias e terciárias, o elevado índice de criminalidade (neste ponto lembrei-me, de caxexe, dos cristãos em Roma, no tempo do imperador Nero), os ajustes de contas, as invejas,

## Seja o que Deus quiser



as vinganças, o alastramento do desemprego, a saída de jovens, e velhos, para outros quadrantes do mundo, à procura de melhores condições de sobrevivência, e tudo o mais.

De repente, o alvoreço de uma dezes-

na de gaiatos do Ensino Primário, os quais, exibindo batas brancas e mochilas de vários formatos às costas, saiam da escola em direcção aos respectivos bairros - num vozeiro que me trouxe à memória o «pio-pio» de bandos de pas-

sarinhos depenados e com compridos bicos desproporcionados, acrobaticamente acomodados nos imensos ninhos sobre ramos de majestosas árvores frondosas - trouxe-me à realidade. Entretanto, o cenário idílico fez-me recuar no tempo da minha infância e re-vi(vi) imagens dos meus ex-professores, os quais, desde as primeiras horas, acompanharam os meus passos, na senda do saber iluminado e no papagueio de uma língua importada. Todos - professores e professoras, independentemente dos métodos pedagógicos aplicados por cada um deles - foram importantes para mim e hoje, ao ver esses gaiatos assanhados, na rua, julguei de dever render a todos eles - vivos e mortos - o meu sincero preito de sentida gratidão porquanto se hoje sou o que sou, o devo, e muito, a eles.

Levados pela correnteza do tempo, os alunos, de batas brancas e mochilas às costas, acabaram por desaparecer do meu horizonte visual, deixando, entretanto, no ar, um colossal ponto de interrogação: qual será o futuro de cada um desses alunos - crianças hoje, adultos amanhã - na senda do desenvolvimento do país e na alavancagem do continente, para patamares mais elevados? No silêncio da consciência, ouvi a resposta a reboar nos ouvidos das (minhas) «esperanças moribundas»: «Só Deus sabe!».

Então, pensadamente, resignei-me e, já em silêncio, murmurei, simplesmente: «Seja o que Deus quiser!».

Luanda, 21.11.2019



FRANCISCO NETO

**Q**uNa manhã daquela quinta-feira, 16 de Novembro de 2012, quando o galo que a minha mãe insistia em criar iniciou o seu madrugador cacarejar, há muito eu estava com as pálpebras separadas, que, em boa verdade, não as unira por mais de trinta minutos durante toda a noite. O duro golpe que sofrera, com a morte prematura do meu colega e amigo Guimarães, levava o sono a mostrar-se incapaz de domar o meu corpo.

Nessa manhã, que sucedia o dia em que o finado Guimarães fora levado à sua moradia eterna, completamente tristonho, deixei-me prender na cama. Na cachola, fui magicando na sua triste sina. O meu amigo, que a ladina morte levava por meio de um horrível acidente de viação, era uma pessoa sonhadora. Tinha mil e um projectos.

Nas minhas divagações, não conseguia entender como fora possível ele decidir fazer uma viagem de Luanda a Malanje durante o mês de Novembro, sendo que sempre me alertara para redobrar a vigilância quando chegássemos aos meses que terminam em “bro”, referindo-se aos últimos quatro meses do ano, porque era neste período que aconteciam muitas mortes entre os trabalhadores e outras coisas inusitadas na empresa. Lembrei-me de que no ano transacto, no período “bro”, ele apelidara a vitrina da empresa de “lugar de adoração”, quando esteve afixada nela a foto fúnebre da colega Magaly de Menezes, que morrera no sono. Magaly era considerada mulata completa, pois era linda de rosto e de corpo. Seu peito era farto. A sua bunda avantajada era uma exclusividade de negras, diziam. Magaly, por não ter concorrente à altura na empresa, ganhara o epíteto de sul-africana, pelo facto de este país ter um nível de desenvolvimento que nenhum outro atingiu no nosso continente.

Fora do meu quarto, o roncar dos carros e o vozear das pessoas anunciaram-me que o dia ganhava o consueto frenesi. Contudo, eu, macambúzio, mantive-me fiel ao meu casamento com a cama. A vida estava-me insípida. Sem sabor. Também sem cor. Talvez o abandonasse na hora da labuta. Era do segundo turno.

De súbito, o músico Carlos Burity começou a cantar a música “Nguma” a partir dos pequenos altifalantes do meu telemóvel. Alertava-me de que alguém me havia enviado uma mensa-

# O morto trabalhador

gem. Nem pachorra para abrir a mensagem tinha. Deixei os meus ouvidos à mercê do meu dilecto sembista, por sinal, um dos melhores da actualidade.

Ouvindo a música, convenci-me de que o Guimarães me fora um inimigo de verdade, ao deixar-se levar pela finória morte sem se despedir de mim. Deixou-me sozinho, ficando vulnerável às vilezas dos bandalhos daquela empresa, onde poucos iam com a nossa cara. Guimarães fora maldoso. Ele também me tirara o coração, como fizera o Apolinário ao músico Carlos Burity, segundo cantarolava.

“kyangibange, Apolinário... yó wangikatula ó muxima!”

Quando a música terminou, uma forte ataraxia apossou-se de mim. Carlos Burity lavara-me a alma. Porém, não fora capaz de me impelir a pegar no telefone para ler a mensagem. Continuei na cama. Pensando no que seria o meu dia-a-dia na empresa, conjecturava dias assombrosos. Este prognóstico fez nascer-me um certo nervosismo, que começou a expulsar a lugubridade que me avassalava. Já furioso, apeei-me do leito. Convenci-me de que para nada me adiantaria estar preso no leito, pois não tinha outra saída, senão enfrentar a crueldade do mundo. Assim que peguei no telefone e abri a mensagem, o céu caiu-me sobre a cabeça. Subitamente, comecei a arfar. A mensagem, enviada por um colega que trabalhava no Departamento de Recursos Humanos, dizia que o meu amigo Guimarães fizera história, porque conseguira trabalhar dois dias depois de morrer.

Sentei-me na borda no tálamo. Obtuso, procurava entender aquela mensagem. “será que o Guimarães ressuscitou?” – Indaguei-me. Com o telefone nas mãos trémulas, disquei o número de quem me enviara aquela estapafúrdia notícia, que dava conta que o meu amigo conseguira trabalhar depois de morrer.

Pus corte repentino na chamada, antes de iniciar a ouvir aquele som que indicaria que, do outro lado, o dono do telefone já recebia o sinal de que pretendia contactá-lo. Senti-me temeroso. Cortei a chamada porque tive a sensação de que ouvia algo desastroso sobre o meu amigo. Fechei os olhos. À

mente, assomou o Guimarães, a sorrir. Ele era adepto da boa gargalhada. Instantes depois, fiz-me temerário. Decidi ir à empresa para tirar a limpo esta conversa do Guimarães ter trabucado depois de morto. Na rua, os pregões dos lo-

tadores na paragem de táxi trouxeram novas divagações à minha cachimónia, porque eu e o Guimarães éramos cobradores numa empresa de transportes públicos. Imaginei a algazarra que se instalaria no interior do autocarro caso algum passageiro reconhecesse o Guimarães e gritasse: “este cobrador já morreu. É um morto vivo!!”

Esta cena da minha cabeça fez-me esboçar um ligeiro riso. Continuei. Dessa vez, coloquei na imaginação o Caetano, o fiscal que nos era um verdadeiro car-

niais. Vendo o autocarro em que trabalhava o Guimarães a estacionar, na Avenida Deolinda Rodrigues, Caetano veio a correr para fiscalizar o trabalho. Vendo o cobrador, atabalhado, meteu-se numa corrida desenfreada. Na boca, gritava: “fantasma! Fantasma! Este cobrador já está morto!!”. E os passageiros lotaram o autocarro com uma gargalhada ensurdecadora.

Para minha admiração, encontrei muitos colegas na empresa com rostos aziagos por não os ter visto no funeral do Guimarães. Todos me olhavam com elevada deferência, até parecia que me apresentavam as condolências com aquele olhar. Na vitrina, quedei-me à frente da foto do Guimarães. Quem diria... estava eu em adoração. Chorei. No departamento de Recursos Humanos, assim que o amigo que me enviara a mensagem me viu, veio a correr ao meu encontro. Estendeu-me a mão e disse:

- Então, como vai, amigo do Morto Vivo!!

Franzi a testa, sem perder o rosto de poucos amigos que trazia. O homem pousou a sua mão direita no meu ombro, dando-me a entender que precisava de me falar alguma coisa fora daquele espaço. Saímos.

- Meu, há uma grande maka aqui. O Boletim de Óbito do teu amigo reza que ele faleceu na sexta-feira, que era dia dele de folga, mas está com presenças marcadas nos dias seguintes, isto é, ele trabalhou no sábado e no domingo. A minha chefe já mandou o caso para o Gabinete Jurídico para se apurar os culpados, e ela pediu celeridade!

Fiquei boquiaberto, com os dentes às escancaras. Levei a mão direita à boca. Meu espanto fora tão grande que quase nem ouvi o amigo a despedir-se de mim. Sentei-me. O “Nguma” do Carlos Burity levou o meu olhar ao telemóvel: o amigo enviara uma mensagem a pedir-me para não comentar o assunto com alguém.

Ao sair, parei novamente na vitrina. Colei um olhar indagador à foto do Guimarães. No meu rosto, a comisseração fugira. Queria conhecer bem esta cena dos seus dois dias de trabalho, após a morte. Num repente, tive a sensação de ver o Guimarães, o da foto, a piscar-me o olho esquerdo. Então, tudo se esclareceu: ele usara uma “arte”, como era chamada a peita na nossa empresa, para não ficar em falta durante esses dias em que ficaria em Malanje. Tirei os pés da empresa, rumando para o Avô Kumbi, onde trabalhava no segundo turno. Quando lá cheguei, descobri que a conversa do Guimarães que trabalhara dois dias depois de morrer fora mais veloz do que os meus pés. Todos já a conheciam.

Cerca de dez dias depois, numa noite em que fora depositar os valores na empresa, notei que a foto do Guimarães fora substituída por um anúncio do Gabinete Jurídico, em que era sancionado o expedidor Manolo Lucas Mateus com 120 dias de baixa de categoria por cometer infracção grave. Lido, logo soube que fora ele quem recebera a peita do Guimarães, que eu não sabia que também era sequaz daquelas práticas amorais, que o levaram a ficar afamado, naquele período “bro” de 2012, como o “morto trabalhador” da nossa empresa.



rasco, que até me lembrava do Catchombo que não conheci, o cipaio de Mazozu que infernava a vida dos aldeões de Icolo e Bengo nos imemorráveis tempos colo-

